

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Eficiência energética, uma busca permanente.....	2
Título: Zema ataca qualidade do serviço da Cemig para defender privatização	5
Título: Destaques	8
Título: Delta planeja retomar térmica a gás em MS	9
Título: Plano de demissão voluntária da BR, suspenso, obteve mil adesões.....	10
Título: Promotores suíços fazem buscas na Vitol e na Trafigura	12
Título: Curtas	13
Título: Presidente da Braskem cai após pedido da Petrobras	13
Título: Demora no repasse de recursos de precatórios preocupa usinas.....	15
Título: Recebíveis da Usina Coruripe atraem fundos de investimento.....	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Petrobrás arrenda ativos de fertilizantes por R\$ 177 milhões	18
Título: Cientista aponta outro navio como suspeito de ter derramado óleo	19
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	20
Título: Petrobras arrendará fábricas de fertilizantes no NE.....	20
Título: Multinacionais do petróleo são alvo de operação da Lava Jato na Suíça.....	21
Título: China começa a comprar do Brasil em yuan.....	23
Título: Resíduo.....	24
VEÍCULO: O Globo.....	25
Título: 'Não podemos ficar mantendo salários acima do mercado'	25
Título: O inventário da natimorta	27
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	28

Título: Energisa: 7,5 bilhões de investimento até 2022	28
Título: Um novo navio suspeito	30
Título: A encruzilhada da energia sustentável	31

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/11/2019

Seção: Opinião

Autor: Marcos Marques e Pietro Erber

Título: Eficiência energética, uma busca permanente

A eficiência energética é condição fundamental para a competitividade econômica e para o atendimento dos compromissos ambientais e sociais. Em vários países, os resultados alcançados recentemente têm sido relevantes, graças à mobilização dos mais diversos agentes. No entanto, poderiam já ser bem mais expressivos, inclusive no Brasil, onde cerca de dois terços da energia primária requerida são dissipados ao longo das diferentes cadeias energéticas, desde as fontes primárias até a obtenção da energia útil.

Observa-se que intervenções nas diversas etapas dessas cadeias têm sido decisivas para o aumento da eficiência. Tanto na obtenção de energia útil quanto nos processos intermediários, de transformação e transporte, os ganhos têm sido importantes. São inúmeros os exemplos, devidos a inovações tecnológicas, várias disruptivas, bem como à adequação das instalações e/ou das condições nas quais os equipamentos são empregados. Em suma, a busca da eficiência deve considerar condições sistêmicas e não apenas aquelas dos equipamentos componentes.

A quantidade de energia dissipada mostra como são amplas as oportunidades para o aumento da eficiência

O emprego de novas tecnologias nos processos de transformação energética ensejam significativos ganhos de eficiência no aproveitamento das energias utilizadas. No Brasil, parte apreciável da biomassa utilizada para fins energéticos ainda é processada em instalações que proporcionam eficiências muito aquém daquelas que podem ser obtidas com tecnologias disponíveis e comprovadas. Há amplo espaço para aumentar a eficiência no uso das diversas modalidades de oferta energética, enquanto se prioriza o desafio de corretamente aproveitar o variado portfólio de fontes disponíveis. Tais objetivos podem e devem ser complementares e sinérgicos para o melhor atendimento dos requisitos de energia do país, em termos econômicos, sociais e ambientais.

A eficiência energética continua sendo um tema muito citado, até por ser politicamente atraente, mas os esforços no sentido de aumentá-la tem sido incipientes, apesar dos benefícios econômicos e ambientais que oferece. É um tema rico de sentido e oportunidades mas pobre de iniciativas e resultados efetivos e que praticamente só tem recebido maior atenção em momentos de forte escassez de oferta, ficando assim associado a situações indesejáveis.

Algumas questões e desafios são relevantes, especialmente num momento em que um novo governo é chamado a examinar, com visão aberta e criativa, a situação vigente e buscar caminhos para aumentar a eficiência energética, em linha com as prioridades da política energética e ambiental do país.

A quantidade de energia dissipada em processos intermediários e que portanto deixa de constituir energia útil (calor, iluminação, movimento, processos industriais) mostra como são amplas as oportunidades para o aumento da eficiência, que não se limitam a ações junto aos consumidores mas, também, aos demais agentes responsáveis pelas diversas etapas das cadeias energéticas.

O aumento de eficiência constitui a maneira mais ambientalmente favorável e sustentável de atender parte expressiva da produção de bens e serviços requeridos pela sociedade. Mas, diferentemente do aumento de oferta, baseada em instalações pontuais, geralmente de grande porte, cuja implementação é controlada por meios contratuais, o aumento da eficiência energética, particularmente no âmbito dos usuários finais, depende de processos decisórios pulverizados, sob responsabilidade de milhares quando não de milhões de agentes.

Portanto, trata-se de um processo que exige enfoques e práticas diferentes daqueles destinados ao aumento da oferta e sua inserção no planejamento setorial acarreta novas incertezas quanto às estimativas da demanda a ser atendida. O aumento da eficiência requer comunicação ampla e esclarecedora de porque fazer e como fazer. Demanda, eventualmente, sinalizações tributárias e apoio financeiro específico, considerando características positivas

globais e exige que o agente interessado tenha acesso a equipamentos eficientes e saiba utilizá-los de forma correta.

No caso de órgãos de governo, é particularmente importante que sejam considerados nas aquisições e construções os equipamentos, instalações e procedimentos energeticamente mais eficientes, endossados formalmente por guias de consumo ou análises específicas de custo/benefício.

Iniciativas autônomas de fabricantes de equipamentos e de seus usuários, visando redução de custos, são relevantes mas têm alcance limitado. Ganhos mais expressivos de eficiência dependem da implementação de projetos e programas. Para tanto, há que haver organização e recursos. Normas, padrões, financiamentos qualificados, estímulos e penalidades, gerenciamento da implantação com correções de rumo e revisão de metas, conforme as tecnologias disponíveis e os resultados já comprovados são fundamentais.

Enfim, a eficiência energética também requer um fluxo contínuo e abrangente de informações processadas criativamente, ensejando novos conceitos, novas políticas (particularmente industriais e de construção civil) além de recursos para sua utilização, que propiciem resultados e demonstrem seu valor para novos aderentes. Esse amplo processo exige a mobilização de instituições e empresas e, portanto, de efetivo suporte governamental.

Dentre as informações mais relevantes destacam-se os preços finais da energia e dos equipamentos que a utilizam, muito afetados pelos impostos, geralmente definidos à revelia de eventuais políticas energéticas. Políticas de preços da energia podem ser relevantes para estimular a eficiência, embora seus efeitos variem conforme a natureza do consumo. Para pequenas variações, muitos são nulos. Assim, preços finais, inclusive impostos, podem exigir medidas complementares, como campanhas de esclarecimento ou proibição de comercializar equipamentos cuja eficiência seja precária.

Não faltam exemplos, estudos, planos estratégicos elaborados por especialistas, do que e como fazer para aumentar a eficiência energética. No entanto, mesmo que haja necessidade de atualizá-los, evidencia-se a falta de mobilização e de uma ação continuada dos governos em tratar dessa matéria. Falta um campeão da causa e vontade política de atuar num jogo onde só se pode ganhar.

Marcos José Marques é presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Eficiência Energética (Inee).

Pietro Erber é diretor do Inee.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/11/2019****Seção: Empresas****Autor: Marcos de Moura e Souza — De Belo Horizonte****Título: Zema ataca qualidade do serviço da Cemig para defender privatização**

Um clima de insatisfação e desconfiança se instalou em parte do quadro de funcionários da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). O alvo das queixas são as críticas públicas feitas pelo governador Romeu Zema (Novo) e pelo atual presidente da elétrica, Cledorvino Belini, aos serviços prestados pela empresa. Funcionários ouvidos pela reportagem dizem que as críticas têm provocado descontentamento em vários níveis: de eletricitistas até gerentes e superintendentes.

Em grupos de whatsapp, alguns chegam a questionar se Belini não feriu o código de ética da Cemig ao criticar a empresa em uma rede social. O sindicato dos eletricitários avalia se cabe uma representação contra ele.

Zema defende desde a campanha eleitoral de 2018 a privatização da companhia e tem dito que planeja levar à Assembleia Legislativa projeto propondo a venda. Pela Constituição mineira, além do aval dos deputados, a venda da Cemig precisa também passar por um referendo popular.

Uma sondagem encomendada pela Associação Mineira de Municípios e realizada em fins de setembro pela MDA Pesquis a apontou que 47,7% da população era contrária à venda da empresa.

Para reforçar seu argumento e criar um ambiente entre os mineiros favorável à privatização, Zema tem insistido em pronunciamentos, postagens e em entrevistas que, por falta de investimentos no passado, a empresa não consegue prestar bons serviços, que demora em fazer novas ligações e que muitas empresas clientes não conseguem produzir o quanto poderiam por dificuldade em obter energia.

Num vídeo postado na terça-feira em suas redes, Zema aparece ao lado de dois empresários que têm negócios na cidade de Patos de Minas. O governador afirma que eles usam geradores porque não conseguem obter da Cemig energia elétrica suficiente. Na legenda do vídeo, a mensagem do governador: “Mais uma vez mostro como a falta de investimentos e sucateamento da Cemig está prejudicando quem quer gerar emprego e renda para os mineiros. Não

podemos ficar alheios à realidade, e a privatização é o único caminho para que a Cemig receba novos investimento e facilite a vida de produtores e empresários”.

O Estado de Minas Gerais é o acionista controlador da empresa, que tem parte de suas ações negociadas em bolsa. Minas vive está há alguns anos mergulhada em uma crise fiscal e não tem caixa para fazer aportes necessários para melhorar a estrutura da empresa.

Na semana passada, Zema voltou a atacar, ao lado de Belini: “Durante muitos anos, a Cemig não fez os investimentos necessários e hoje em certas regiões falta luz e, além de faltar luz, tem picos constantes de energia”, disse, em novo vídeo. “Ou seja, não consegue atrair o desenvolvimento econômico de Minas. Sem energia não acontece nada.” Belini acrescenta que a Cemig não tem o suficiente para investir nela mesma. No vídeo, ambos afirmam que a privatização é o melhor caminho. Além de melhor atendimento, Zema afirma que as tarifas, no médio e longo prazos, poderão reduzir.

Momentos depois de ter ido ao ar, o depoimento do executivo e do governador estava correndo pelos grupos de whatsapp dos funcionários da companhia. “Aqui está uma revolta geral” disse ao **Valor** um funcionário da Cemig que pediu para não ter seu nome mencionado. Segundo ele, muitos funcionários estão se sentindo atacados e humilhados com as críticas públicas de Zema e Belini.

Outro funcionário afirmou que há uma sensação de perplexidade e revolta contra Zema cada vez que ele faz um comentário desabonador sobre a empresa. O mesmo funcionário disse que não se lembra de algum governador que aparecesse em público fazendo comentários desse tipo sobre Cemig.

Outro funcionário disse que foi um alívio o governador não ter participado da abertura da 25ª edição do Seminário de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (SNPTEE), ocorrido em Belo Horizonte. O temor, segundo afirmou, era que diante de executivos do setor Zema desfiasse críticas aos serviços da empresa.

Ao olhar os indicadores técnicos reunidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as críticas do governador parecem fazer sentido. No ano passado, a Cemig ficou na 20ª colocação entre 30 distribuidoras brasileiras com mais de 400 mil consumidores, no ranking de desempenho global de continuidade do serviço de energia. Mas ao olhar o índice de satisfação do

consumidor (Iasc), também medido pela Aneel, Zema parece estar exagerando na dose.

Em 2018, o último disponível, a Cemig obteve nota de satisfação de 68,41 - acima da média do país (66,10) e da média do grupo de concessionárias do Sudeste com mais de 400 mil unidades consumidoras (65,62). A Cemig aparece como a quinta melhor no grupo de dez distribuidoras do Sudeste nesse perfil. A melhor é a Energisa Sul Sudeste (70,72). A nota da Cemig em 2018 foi o melhor resultado da companhia desde 2014 (68,75).

Nos corredores da sede da companhia em Belo Horizonte há um reconhecimento de que, sim, existem gargalos, que existem casos de atrasos no atendimento, que em anos anteriores a empresa não investiu tanto quanto precisaria e que durante muito tempo as indicações políticas para cargos na empresa foram a regra. Mas parte dos funcionários parece se sentir atacada profissionalmente pelo governador e pelo CEO da empresa.

Belini é um executivo experiente que fez carreira no comando da Fiat na América Latina. Embora sem atuação anterior no setor elétrico, sua gestão tem recebido elogios por parte do corpo de trabalhadores. Mas seu comentário no vídeo causou mal estar em seus comandados.

Funcionários passaram a trocar por meio de whatsapp cópias da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, apontando que Belini o infringiu. Um dos itens do capítulo sobre “Proteção da imagem, da marca, da reputação e do patrimônio” estabelece ao funcionário: “não divulgar ou comentar, seja para a imprensa ou em redes sociais, informações que possam denegrir a imagem da Empresa”. No mesmo capítulo, outro item diz: “não expor de forma negativa seus colegas de trabalho ou a Empresa”.

De acordo com um relato ouvido pela reportagem, na empresa já há uma preocupação da equipe de recursos humanos para que a relação de comando de Belini com os funcionários não seja contaminada pelo ambiente de descontentamento provocado pelas críticas.

“Estamos avaliando os possíveis impactos da fala do presidente diante do que diz o código de ética. E ver se cabe interpelação judicial, se cabe levar o assunto ao Ministério Público ou outro caminho”, diz Jefferson Silva, coordenador geral do Sindieletro, sindicato que reúne trabalhadores da Cemig.

O diretor de comunicação da empresa, Marco Antônio Lage, nega ter havido infração ao código. “Não houve qualquer desacordo com o código de ética da Cemig. O presidente apenas respondeu às reclamações dos clientes e apontou uma fragilidade da companhia, proveniente do mau desempenho em governos anteriores”, disse ao **Valor**, em nota.

“É natural que o tema privatização cause inquietação entre os empregados, mas o debate está colocado, não só em Minas, como em todo o país, em diversas áreas da economia onde o Estado tinha atuação histórica. É preciso enfrentar essa discussão com serenidade e maturidade”, afirmou.

“O que importa, antes de se saber quem será seu acionista controlador, é que ela volte a ser eficiente para melhor atender seus 8,5 milhões de clientes e para promover o desenvolvimento do Estado.” Lage diz que sob a atual gestão não há mais ingerências políticas na empresa e que esta nova realidade é reconhecida pelos empregados da Cemig.

O governador ainda não enviou para a Assembleia o projeto para vender a Cemig. Aguarda que, primeiro, os deputados aprovem outros temas prioritários. “Vejo que hoje a Assembleia está dividida em relação à privatização da Cemig”, diz o deputado estadual Guilherme da Cunha (Novo), mesmo partido de Zema. O assunto não está ainda no dia a dia de debates da Casa. **(Colaborou Rodrigo Polito, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/11/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Venda de ativos da Exxon

A americana Exxon Mobil está acelerando o que pode ser o maior desinvestimento de sua história, com a venda de ativos avaliados em até US\$ 25 bilhões, segundo a agência “Reuters”. A empresa poderá vender ativos de óleo e gás na Europa, na Ásia e na África. O plano de desinvestimento fará com que a Exxon saia efetivamente de seus negócios de petróleo e gás na Europa e vem em meio à crescente pressão dos investidores para liberar dinheiro para novos desenvolvimentos na Guiana, Moçambique, Papua Nova Guiné e Estados Unidos. O plano também prevê que a Exxon reduza significativamente as operações no sudeste da Ásia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/11/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Delta planeja retomar térmica a gás em MS**

De olho no processo de abertura do mercado de gás natural do país, o grupo Delta Energia pretende retomar no segundo semestre de 2020 a operação comercial da termelétrica a gás William Arjona, em Campo Grande (MS), recém-adquirida da Engie (antiga Tractebel Energia). A usina também marca a entrada do grupo especializado em comercialização de energia no setor de geração.

A compra da termelétrica começou a ser negociada entre as partes no fim de 2017, meses antes do cancelamento da outorga da usina, em comum acordo entre Engie e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), devido à inviabilidade econômica do projeto causada pelo elevado valor do combustível. Com a abertura do mercado de gás em curso e a perspectiva de entrada de novos fornecedores do energético no país, a Delta concluiu a compra da usina em setembro deste ano.

O valor do negócio não foi informado. A usina possui 190 megawatts (MW) de capacidade instalada e pode operar com gás natural ou óleo diesel. O consumo da térmica é da ordem de 1,2 milhão de metros cúbicos diários de gás.

Segundo Luiz Fernando Vianna, presidente da Delta Energia Asset Management, gestora de recursos do grupo Delta, a companhia está neste momento iniciando tratativas com a Aneel para viabilizar a nova outorga da usina e fazendo uma revisão dos equipamentos da térmica. Em paralelo, foram iniciadas negociações com potenciais fornecedores de gás natural.

Questionado se a crise política na Bolívia pode interferir no processo de contratação do energético, o executivo disse que a situação no país vizinho influencia a negociação, mas que acredita em um desfecho positivo. “É do interesse deles [da Bolívia em exportar gás para o Brasil]. Não acredito que eles façam algum óbice para a contração [do gás]”, afirmou Vianna, que é ex-diretor-geral da parte brasileira de Itaipu e ex-presidente da elétrica paranaense Copel.

Até a renúncia do ex-presidente da Bolívia Evo Morales, algumas empresas brasileiras estavam negociando com a estatal daquele país, a YPFB, a compra de gás para vender no mercado brasileiro, já no âmbito da abertura do setor no Brasil. Além de contratar o fornecedor do gás, a Delta Geração, geradora recém-criada pelo grupo Delta e presidida por Marconi de Araújo, precisa negociar o transporte e a distribuição do produto.

“Estamos em contato com a MSGás [distribuidora de gás natural do Mato Grosso do Sul]”, disse Vianna. Segundo o executivo, o Mato Grosso do Sul será duplamente beneficiado com a retomada da operação da usina. O primeiro benefício é a receita que será gerada pela MSGás. O outro é a arrecadação de ICMS com a geração de energia da térmica.

A Delta também está avaliando a estratégia de comercialização da energia da termelétrica. A ideia inicial, explicou Vianna, seria operar a usina como uma termelétrica “merchant”, que negocia contratos de curto prazo. No entanto, com a decisão recente do governo de realizar em março um leilão de energia existente voltado para termelétricas, a companhia estuda a possibilidade de negociar um contrato de longo prazo para a usina.

O leilão de março será dividido em um certame “A-4” e outro “A-5”, que contratarão energia de térmicas para o início de fornecimento, respectivamente, em quatro (2024) e cinco anos à frente (2025). Essas térmicas substituirão um conjunto de usinas a óleo combustível que serão descontratadas entre 2023 e 2025.

Questionado sobre os planos da Delta Geração, Vianna disse não haver uma meta definida para médio e longo prazo. O executivo, porém, contou que a companhia olha outras oportunidades de aquisições no mercado, entre fontes termelétrica, hidrelétrica, solar e eólica. “Estamos olhando diversos ativos”, disse.

O grupo pertence a alguns empresários, entre eles Ricardo Lisboa, sócio-fundador da empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Rita Azevedo — Do Rio e de São Paulo

Título: Plano de demissão voluntária da BR, suspenso, obteve mil adesões

A BR Distribuidora obteve cerca de 1 mil adesões ao seu programa de demissão voluntária, chamado de Programa de Desligamento Optativo (PDO). O número equivale a aproximadamente um terço da força de trabalho da empresa, privatizada este ano pela Petrobras.

A distribuidora de combustíveis também informou que está recorrendo de decisão da Justiça do Trabalho do Rio, que concedeu liminar, em favor do

Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro (Sitramico-RJ), suspendendo o programa.

“Esta decisão ainda tem caráter liminar, não definitivo. A companhia ressalta que está tomando todas as providências cabíveis pelos meios legais e éticos com o objetivo de assegurar os direitos dos funcionários que já se inscreveram no programa, conforme sua opção livre e individual e dentro de seus planos pessoais futuros”, informou a BR em comunicado ao mercado.

Ontem, a presidente do Sitramico-RJ, Ligia Deslandes, fez críticas à distribuidora, afirmando que muitos dos funcionários aderiram ao programa porque teriam sido ameaçados por gestores da companhia. Ela explicou que foi dito aos funcionários que aqueles que não aderissem ao programa poderiam ter o salário reduzido ou serem demitidos futuramente.

“O que está acontecendo é uma falta de respeito com o trabalhador. Eles [trabalhadores] relatam haver um ‘terrorismo psicológico’”, afirmou Ligia, ao **Valor**.

Procurada, a BR negou o comentário feito pela líder sindical. “Não existe isso [‘terrorismo psicológico’]. A empresa está preocupada em fazer tudo de forma ética, legal e priorizando o respeito às pessoas. A adequação à nova realidade de uma empresa privada é inevitável, com isso lançamos o PDO justamente para dar para cada funcionário, indiscriminadamente, a possibilidade de ele analisar o que é melhor para a sua carreira e vida pessoal. Foi disponibilizado suporte técnico de uma das maiores empresas de transição de carreira do mundo para apoiar cada colaborador em sua decisão”, informou a companhia em nota.

Ligia também criticou a falta de detalhamento do programa. “O que queremos, na verdade, é que o processo tenha transparência”, disse ela, acrescentando que, na proposta do PDO, a BR Distribuidora não esclarece pontos importantes como assistência médica e contribuição da fundação de previdência Petros.

Segundo a BR, porém, o programa contempla a extensão desses e outros benefícios “por algum tempo”. “O ajuste é necessário e a BR está tentando fazer da melhor forma possível, com o que há de melhor no mercado”, completou a companhia.

O custo estimado pela BR de implementação do PDO é de cerca de R\$ 780 milhões, com uma redução de custo prevista de aproximadamente R\$ 650 milhões por ano.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/11/2019****Seção: Empresas****Autor: Neil Hume, Anna Gross e Andres Schipani — Financial Times, de Londres e São Paulo****Título: Promotores suíços fazem buscas na Vitol e na Trafigura****Operação foi feita a pedido do Ministério Público brasileiro e é um desdobramento da Lava-Jato**

Promotores suíços realizaram buscas nos escritórios das negociadoras de commodities Trafigura e Vitol no mais recente desdobramento do grande escândalo de corrupção no Brasil. O Ministério Público Federal do Brasil (MPF) disse ontem que seu equivalente na Suíça executou “mandados de busca e apreensão” nesta semana, numa nova fase da investigação.

Os promotores públicos brasileiros afirmam que a Vitol e a Trafigura, duas das maiores negociadoras independentes de petróleo do mundo, pagaram propinas a funcionários da Petrobras para conseguir contratos. O MPF disse que o propósito das buscas nos escritórios de Genebra da Trafigura e da Vitol foi “aprofundar as investigações conduzidas no Brasil sobre crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa que apontam para o envolvimento de membros das cúpulas das duas companhias”.

A iniciativa é o mais novo desdobramento de uma ampla investigação de corrupção - chamada de Lava Jato - que abalou a maior economia da América Latina e se espalhou para além do Brasil, envolvendo companhias trading internacionais de commodities.

Ela também vai pressionar mais a indústria trading de commodities, que vem sendo alvo de uma série de investigações de corrupção e alegações envolvendo intermediários e revendedores.

A Gunvor Group, outra negociadora de commodities, pagou recentemente US\$ 95 milhões para pôr um fim a uma prolongada investigação da Procuradoria Geral da Suíça, depois que um ex-funcionário admitiu ter subornado autoridades da República do Congo para conseguir contratos.

Há quase um ano, promotores brasileiros acusaram dois ex-executivos da Trafigura de pagar propinas de cerca de US\$ 1,5 milhão a funcionários da Petrobras em troca de contratos de negócios.

O suposto esquema, segundo disse a Polícia Federal brasileira, pagava propinas aos beneficiários usando códigos como “Phil Collins”, “Batman” e “Popeye”.

Num comunicado, a Trafigura disse que as autoridades suíças estiveram em seu escritório de Genebra em 20 de novembro, a pedido de promotores brasileiros. “A Trafigura respondeu à solicitação e forneceu as documentações sensíveis disponíveis”, disse a companhia. “A Trafigura continua acompanhando essa questão e está levando a sério as alegações feitas anteriormente”, acrescentou a companhia.

A Vitol disse: “Conforme declarado anteriormente, não seria apropriado para a Vitol comentar acontecimentos neste estágio, mas reiteramos nossa política de tolerância zero com a corrupção e nossa política de cooperação total com autoridades competentes em todas as jurisdições em que operamos”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/11/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério de ferro sobe

Os contratos de minério de ferro tiveram nova valorização no mercado transoceânico pelo sexto dia consecutivo. Os preços do minério com teor de pureza de 62% fecharam com alta de 0,39%, no porto chinês de Qingdao, cotados a US\$ 86,67 a tonelada, segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”. Conforme um participante do mercado da China, os preços do minério de alta qualidade estão mais firmes como resultado de a maioria das siderúrgicas preferir matéria-prima com esse perfil durante o inverno.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Presidente da Braskem cai após pedido da Petrobras

Fernando Musa será substituído no comando da Braskem pelo presidente do conselho de administração da petroquímica, Roberto Simões. O executivo deixa o cargo depois de a Petrobras, segunda maior acionista da companhia, ter feito críticas “contundentes” à atual gestão e ter pedido à sócia Odebrecht a troca na presidência, conforme informou o **Valor** em 30 de outubro.

A saída de Musa, que assumiu o comando da maior produtora de resinas termoplásticas das Américas em 2016, foi anunciada ontem à noite em fato relevante pela Braskem, mas somente será efetiva no fim dezembro. O executivo acompanhará a transição do cargo para Simões, que assume o posto em 1º de janeiro.

O **Valor** apurou que o nome de Simões, que vem dos quadros do grupo Odebrecht, é bem visto pelo alto escalão da Petrobras. Engenheiro mecânico graduado pela Universidade Federal da Bahia, o executivo foi presidente da Ocyan, braço de óleo e gás do grupo Odebrecht, de 2014 a setembro deste ano. Entre 2010 e 2012, comandou a Odebrecht Defesa e Tecnologia.

A Petrobras estava insatisfeita com a gestão da petroquímica acerca de certos temas, entre eles a crise provocada pela mineração de sal-gema em Alagoas. Além disso, a estatal busca mudanças na governança da Braskem, com vistas à reavaliação da empresa pelos investidores, abrindo caminho para uma potencial saída do capital da petroquímica sem necessariamente depender dos planos da Odebrecht, que está em recuperação judicial.

A Petrobras pediu formalmente ao presidente da Odebrecht S.A., Luciano Guidolin, e ao próprio Simões, enquanto presidente do conselho de administração petroquímica, a substituição de Musa.

No fato relevante de ontem à noite, a Braskem informa que Simões terá como prioridades a manutenção da competitividade de suas operações e a continuidade da estratégia de diversificação geográfica e de matéria-prima. E destacou que Musa consolidou a companhia brasileira como a sexta maior produtora de resinas do mundo, com resultado operacional (Ebitda) recorde de R\$ 12,3 bilhões em 2017. Foi o executivo quem assinou o acordo de leniência da companhia com autoridades do Brasil, dos Estados Unidos e da Suíça, no fim de 2016.

O novo presidente da Braskem enfrentará uma agenda difícil. O principal desafio da petroquímica, neste momento, é o afundamento do solo em bairros de Maceió (AL), que foi associado pelo Serviço Geológico Brasileiro (CPRM) à atividade de mineração de sal-gema da companhia.

O problema é conhecido desde o início do ano passado, mas somente há alguns dias a petroquímica anunciou as primeiras medidas efetivas para solucioná-lo. Fontes ouvidas pelo **Valor** dizem que a Braskem subestimou o caso, demorou a agir e não teria reportado a dimensão real do que estava acontecendo em

Maceió. Ações movidas contra a empresa, que somam R\$ 39,5 bilhões em pedidos de indenização e reparação, e a desistência da LyondellBasell de comprar a petroquímica brasileira aumentaram o desconforto entre os acionistas.

Na semana passada, a Braskem apresentou um plano de fechamento definitivo dos 35 poços de extração de sal-gema em Maceió e recomendou, a partir de estudos independentes, a desocupação de cerca de 400 imóveis e remoção de 1,5 mil pessoas que vivem no entorno de 15 desses poços, nos bairros Bebedouro, Mutange e Pinheiro. Contudo, é possível que esse número cresça à medida que os estudos de sonar em todos os poços sejam concluídos.

Ao mesmo tempo, o ciclo de baixa da petroquímica levou a forte redução dos resultados da Braskem nos últimos trimestres. No terceiro trimestre, a companhia teve prejuízo de R\$ 888 milhões, maior do que o esperado pelo mercado, e analistas apontam que o quarto trimestre tende a ser ainda pior para a empresa.

Além disso, a Braskem precisa acertar um novo contrato de longo prazo de fornecimento de nafta com a Petrobras, única produtora local dessa matéria-prima. O contrato em curso vence em dezembro do ano que vem e, segundo o comando da petroquímica, as negociações deveriam começar já no segundo semestre deste ano.

A nafta ainda é a principal matéria-prima da Braskem no Brasil, mas a companhia depende cada vez menos do produto da Petrobras. Atualmente, 34% da nafta usada pela empresa é fornecida pela estatal e o restante, importado. No passado, essa fatia chegava a 70%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/11/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Demora no repasse de recursos de precatórios preocupa usinas

A demora no processo de autorização judicial para que a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (Copersucar) efetue o repasse das mais recentes parcelas dos precatórios referentes às ações que questionaram a política de preços do antigo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), liberadas no início do ano e que somam cerca de R\$

2,6 bilhões, já está causa apreensão entre algumas usinas beneficiárias desses valores. Segundo apurou o **Valor**, esses repasses poderão ficar para 2020.

A cooperativa - e não a trading Copersucar SA, que tem personalidade jurídica e quadros decisórios distintos, embora com sócios em comum - obteve em março o direito de receber a segunda parcela do primeiro precatório, de quase R\$ 1,1 bilhão, e a primeira parcela do segundo precatório, de pouco menos de R\$ 1,6 bilhão, que já estão depositadas em uma conta judicial, segundo duas fontes que acompanham o trâmite. Esses valores já estão descontados do recolhimento de 9,25% de PIS/Cofins que a Copersucar tem aplicado nas operações, de acordo com recomendação da Receita Federal.

A efetiva liberação dos recursos, porém, depende de uma autorização do juiz da ação, Cleberson José Rocha, da 7ª Vara Federal de Brasília. Ocorre que, em agosto, o processo foi enviado para digitalização, e o prazo para a conclusão desse trabalho e para a retomada das decisões está previsto para 9 de dezembro. Como o recesso do Judiciário começa dia 15 de dezembro, deverá haver uma janela bem estreita para que a autorização para o repasse seja concedida ainda neste ano.

A demora tem gerado preocupação entre algumas usinas que têm direito a um quinhão dos recursos e que têm dívidas a pagar, e também entre credores - alguns inclusive receberam a cessão desses direitos em garantia. E também já entrou no radar de fundos de investimento que compraram esses direitos, conforme apurou o **Valor** com fontes que acompanham as conversas entre esses atores. Segundo estimativas de mercado, há entre R\$ 2 bilhões e R\$ 3 bilhões em direitos creditórios nas mãos de gestores de fundos como Jive Asset Management, JusCapital, Quadra Capital, Canvas Capital, Hurst Capital, Siguler Guff & Company, entre outros.

A Copersucar entrou na Justiça na década de 1990, representando suas cooperadas da época, contra o tabelamento de preços promovido pelo IAA nos anos 1980. A cooperativa já obteve ganho de causa em duas ações: uma de R\$ 5,8 bilhões e outra de R\$ 10,6 bilhões - a maior ação da história contra a União. Há ainda uma fatia da indenização no valor de R\$ 2,2 bilhões que permanece em discussão na Justiça.

As próximas parcelas a serem liberadas pela União (a terceira do primeiro precatório e a segunda parcela do segundo), em 2020, somam R\$ 2,8 bilhões e esse montante está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA). A primeira parcela do primeiro precatório, de R\$ 870 milhões, foi recebida da União em 2018 e automaticamente repassada pela Copersucar às beneficiárias.

Embora o repasse dos precatórios da cooperativa às empresas associada à época seja automático após a aprovação do juiz, há casos de usinas cujos credores chegaram a obter na Justiça estadual decisões que bloquearam os repasses até que elas resolvam seus débitos.

Além disso, ainda pairam algumas incertezas jurídicas sobre o processo dos precatórios, dado que a União já apresentou ações rescisórias questionando as decisões que liberaram os pagamentos. Os detalhes dos repasses e dos questionamentos jurídicos, porém, não são conhecidos porque o processo corre em segredo de Justiça. Procurada, a Copersucar não se manifestou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/11/2019

Seção: Finanças

Autor: Ana Paula Ragazzi — De São Paulo

Título: Recebíveis da Usina Coruripe atraem fundos de investimento

Demanda por CRA costuma ser concentrada pela pessoa física

A Usina Coruripe concluiu a venda de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). A empresa conseguiu demanda para captar R\$ 710 milhões, ante os R\$ 800 milhões inicialmente pretendidos. A demanda por esse tipo de papel costuma ser concentrada pela pessoa física, uma vez que ele oferece a este investidor isenção de Imposto de Renda (IR). Mas no caso da Coruripe, houve adesão relevante à oferta de fundos de investimento: 66 fundos compraram os papéis. Outras ofertas públicas de CRA neste ano atraíram só um ou dois.

A oferta da Coruripe saiu com duas séries, uma sênior, que possui prioridade para efeitos de amortização e resgate perante a outra, chamada subordinada.

Esta subordinada foi a que atraiu os fundos. Ela saiu com R\$ 229 milhões e foi praticamente dividida meio a meio entre 63 fundos, que ficaram com R\$ 107,5 milhões; e 164 investidores profissionais pessoas físicas, que compraram R\$ 104,5 milhões dos papéis. Essa série pagava CDI mais 9% ao ano e atraiu esses investidores mais sofisticados ou dedicados ao setor do agronegócio, por conta da taxa elevada e pelas garantias, consideradas também interessantes para a operação. Os papéis são garantidos por contratos de cogeração de energia e créditos do Instituto de Açúcar e Alcool (IAA). Empresas do setor foram à Justiça em ações indenizatórias contra a União por conta de perdas apuradas com o tabelamento de preços do IAA na década de 1980. No caso do processo da Coruripe, o crédito ainda não virou precatório. O Valor apurou que havia demanda para mais CRAs nessa classe, mas como seria muito custoso para a empresa, a opção foi não aumentá-la.

A outra série, sênior, alcançou R\$ 480, 6 milhões e 4.356 investidores pessoa física qualificados deram conta de 73% da oferta, com R\$ 350 milhões. A taxa dessa classe ficou em CDI mais 3%. O restante foi concentrado em pessoas jurídicas; três fundos de investimento e mais R\$ 84,6 milhões ficaram com a XP Investimentos, que foi a coordenadora da operação e havia dado uma garantia firme de colocação de R\$ 500 milhões. No final da colocação, a XP acabou ficando com R\$ 100 milhões de CRAs - também comprou R\$ 15 milhões na série subordinada e deverá vender os papéis no mercado. Procurada, a XP não deu entrevista.

Mario Lorencatto, presidente da Coruripe, diz que a participação da XP não deve ser considerada como o exercício da garantia firme. Ele comemorou o resultado da operação e diz que viajou o Brasil para explicar a oferta a investidores e atrair recursos.

“Foi um trabalho intenso, especialmente nos últimos dois meses. Mas o resultado foi muito positivo diante da piora recente do mercado de crédito, que fez com que algumas usinas inclusive tivessem dificuldades em concluir as operações”, afirma.

O dinheiro do CRA foi relevante para melhorar as condições de liquidez de curto prazo da Coruripe. Os recursos, diz o executivo, melhoram a estrutura de capital da empresa e alongar o perfil da dívida - o CRA tem prazo de seis anos. A distribuição dos papéis foi continuada, ficou aberta por seis meses na plataforma da XP e, à medida que os certificados iam sendo vendidos, os recursos entravam no caixa da usina.

A expectativa da empresa é que após a captação, a agência de avaliação de risco Standard & Poor's revise sua nota. O rating de crédito de emissor de longo prazo na escala global da Coruripe é “B-”, com perspectiva negativa. Lorencatto diz que o problema maior de crédito da Coruripe era a concentração de curto prazo, agora atenuada, uma vez que a relação dívida líquida e Ebitda está em 2,75 vezes. A Coruripe avalia financiamentos de longo prazo com BNB e BNDES.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/11/2019

Seção: Economia

Autor: Beth Moreira

Título: Petrobrás arrenda ativos de fertilizantes por R\$ 177 milhões

Duas unidades vão ficar nas mãos do grupo baiano Unigel, por um período de dez anos, informou a estatal

A Petrobrás informou ontem que celebrou contratos de arrendamentos das suas fábricas de fertilizantes na Bahia e em Sergipe para a Proquigel Química, empresa integrante do Grupo Unigel. O acordo, que prevê o uso dos ativos por dez anos, prorrogáveis por igual período, foi firmado no valor total de R\$ 177 milhões. Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a estatal explicou que os arrendamentos entrarão em vigor após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a obtenção das licenças necessárias pela Proquigel Química para a operação.

Desinvestimentos. O negócio, embora de valor relativamente pequeno, faz parte do processo de reestruturação de ativos da companhia, que incluiu a venda de negócios bilionários como o gasoduto TAG (para a francesa Engie) e a distribuidora de gás de cozinha Liquigás a um consórcio liderado pela Copagaz, negócio anunciado na semana passada. A empresa também realizou uma grande venda de ações da BR Distribuidora na Bolsa paulista, dentro do mesmo programa de desinvestimentos.

A Petrobrás lembrou que o processo de arrendamento das unidades da Fafen seguiu os ritos da Lei 13.303/2016, a chamada lei das estatais. “Essa operação está alinhada à otimização do portfólio e à melhora de alocação do capital da companhia, visando à geração de valor para os nossos acionistas”, informou.

A Fafen da Bahia é uma unidade de fertilizantes, localizada no Polo Petroquímico de Camaçari, com capacidade de produção total de ureia de 1,3 mil toneladas por dia. Também comercializa amônia e gás carbônico, entre outros produtos. A unidade sergipana, localizada no município de Laranjeiras, tem capacidade de produção total de ureia de 1,8 mil toneladas por dia e atua com portfólio semelhante.

A Unigel é uma empresa brasileira do setor químico, que também possui unidades industriais no México, disse a estatal. Sua base de clientes abrange de setores como papel e celulose, têxtil, eletrônicos, embalagens, eletrodomésticos, construção civil, automotivo, agronegócios, mineração e indústria química. A Proquigel é subsidiária da Unigel.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/11/2019

Seção: Metrópole

Autor: Roberta Jansen / RIO

Título: Cientista aponta outro navio como suspeito de ter derramado óleo

Um estudo do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélite (Lapis), da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), apresentado ontem em

audiência na Câmara dos Deputados, em Brasília, aponta o navio Voyager I, de bandeira das Ilhas Marshall, como o principal suspeito pelo derramamento de óleo que atinge o Nordeste e o Espírito Santo. Desde 30 de agosto, 720 localidades foram afetadas. Com base em diversas análises de imagens de satélite e dados de inteligência da Marine Traffic, o coordenador do Lapis, Humberto Barbosa, refutou a principal hipótese defendida pela Marinha: a de que o desastre teria sido provocado pelo navio grego Bouboulina.

“Este (Voyager I) é o navio que a gente aponta como suspeito”, afirmou o pesquisador em apresentação a parlamentares da Comissão Externa sobre o derramamento do óleo. “Não estou dizendo que ele é o culpado. O Lapis não tem ferramenta criminal para dizer que o Voyager I é o culpado. Porém, baseado em evidências de satélite e informações da Marine Traffic, chegamos a essa conclusão.” O Lapis concluiu que o Voyager I passou pela costa brasileira em julho com o transponder desligado, ou seja, como um navio fantasma. O cruzamento das informações de inteligência com as manchas de óleo captadas por satélite nos dias 19 e 24 de julho apontam para essa conclusão.

“Nós estudamos as trajetórias de 111 navios cargueiros e nenhuma delas era compatível com as datas dos vazamentos, apenas a do Voyager.” Lista. A Marinha informou que o Voyager I não está entre as cinco embarcações apontadas como principais suspeitas pelo derramamento de óleo (Maran Apollo, Maran Libra, Minerva Alexandra, Cap. Pembroke e Bouboulina). Ainda segundo a Marinha, as imagens apresentadas pelo Lapis não seriam de óleo, mas de algas. Segundo as informações levantadas pelo Lapis, o navio costuma fazer o trajeto de um país asiático até a Venezuela, passando pela África do Sul.

Normalmente, a embarcação navega com o transponder ligado, indicando sua localização ao longo do percurso. No entanto, entre 1.º de julho e 13 de agosto, a embarcação navegou com o transponder desligado, violando o direito marítimo internacional. O acompanhamento via satélite mostra que o navio partiu de um país asiático em 1.º de julho. Quando passou pelo Oceano Atlântico, a embarcação seguiu um trajeto incomum e fez uma manobra que indicaria uma mudança de trajetória, justamente na altura do litoral do Nordeste. “O percurso mostra alteração na direção do navio, indicando comportamento suspeito ou grande problema mecânico”, disse Barbosa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/11/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras arrendará fábricas de fertilizantes no NE

São Paulo | Reuters A Petrobras fechou acordo com a Proquigel Química para arrendar suas fábricas de fertilizantes na Bahia (Fafen-BA) e em Sergipe (Fafen-SE) por dez anos, em negócio de R\$ 177 milhões, informou a petroleira nesta quinta-feira (21). O contrato pode ser prorrogado por mais dez anos.

A Proquigel faz parte da petroquímica Unigel, que atua nas áreas de estirênicos, acrílicos e fertilizantes, acrescentou a nota da petroleira.

Localizada em Camaçari, a Fafen-BA é uma unidade de fertilizantes nitrogenados com capacidade de produzir 1.300 toneladas de ureia por dia, enquanto a Fafen-SE, em Laranjeiras, pode produzir 1.800 toneladas diárias de ureia. Ambas também comercializam amônia e gás carbônico.

O arrendamento faz parte dos planos de desinvestimento da petroleira, que visa arrecadar capital para reduzir suas dívidas.

O processo relacionado às Fafens começou oficialmente em janeiro, com as licitações sendo abertas no final de abril. Ambas as fábricas foram hibernadas durante o processo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Vitol e Trafigura BRASÍLIA | REUTERS

Título: Multinacionais do petróleo são alvo de operação da Lava Jato na Suíça

Procuradores europeus cumprem mandados de busca e apreensão nas tradings

O Ministério Público da Suíça cumpriu na quarta-feira (20) mandados de busca e apreensão em endereços ligados às tradings globais do petróleo e derivados, Vitol e Trafigura, em Genebra, atendendo a um pedido de cooperação internacional de procuradores da Força-Tarefa da Operação Lava Jato.

Segundo nota do MPF (Ministério Público Federal) do Paraná, o objetivo das diligências é aprofundar as investigações conduzidas no Brasil de crimes de corrupção, lavagem de ativos e organização criminosa que “apontam para o envolvimento de integrantes da cúpula das duas empresas”.

Essa é a terceira fase internacional da Lava Jato relacionada a empresas do mercado de petróleo e derivados.

Em setembro, a Reuters revelou, com base em documentos inéditos, que a cúpula da Vitol e Trafigura sabia de um esquema de propina para obter contratos com a Petrobras, segundo a delação premiada de um intermediário das operações ilícitas investigadas pela força-tarefa da Lava Jato.

Procurada, a Vitol afirmou que “não seria apropriado fazer comentários neste estágio, além de reiterar nossa política de tolerância zero sobre propinas e corrupção e nossa política de cooperação total com autoridades relevantes em todas as jurisdições em que operamos”.

A Trafigura e a Petrobras não haviam se pronunciado até a conclusão deste texto.

Em nota, os procuradores dizem que diversas provas, como documentos obtidos em medidas de busca e apreensão no Brasil, em acordos de colaboração premiada, e dados extraídos a partir da quebra de sigilos telemático, bancário e fiscal apontam para o envolvimento de integrantes da cúpula da Vitol e da Trafigura no pagamento de propinas a funcionários da Petrobras.

A contrapartida à propina paga, segundo o MPF, era a obtenção de facilidades na estatal brasileira, como preços mais vantajosos e contratos com maior frequência.

Na ocasião, as empresas negaram irregularidades.

Conforme o MPF, Vitol e Trafigura realizam transações de modo maciço e recorrente com a estatal brasileira no mercado internacional.

A Vitol, entre 2004 e 2015, realizou negócios com a Petrobras, sobretudo operações de compra e venda de petróleo e derivados, em valor total superior a US\$ 14 bilhões.

Por sua vez, a Trafigura, entre 2004 e 2015, realizou negócios com a Petrobras, em valor superior a US\$ 9 bilhões, também com foco em operações de compra e venda de petróleo e derivados.

Para o procurador Marcelo Ribeiro de Oliveira, a LavaJato reforça investigações relacionadas a contratos de compra e venda de derivados entre a estatal e as tradings.

“Há indicativos de que, nesse mercado, era praxe o pagamento de valores ilícitos por essas grandes empresas a funcionários públicos da estatal para obtenção de informações privilegiadas entre outras vantagens competitivas. Investigados e empresas estão procurando o MPF com o intuito de

colaborarem, com a entrega de subsídios que permitem a expansão das investigações em relação a diversos temas da área fim da Petrobras.”

O procurador da República Athayde Ribeiro Costa, por sua vez, afirmou também em nota que as principais revelações na Lava Jato até o momento eram voltadas a crimes relacionados à construção de refinarias, área-meio da Petrobras.

“Agora, as investigações indicam que esquemas de corrupção de valores milionários também se instalaram nos negócios relativos à área-fim da estatal, compreendendo atividades rotineiras, como a comercialização de petróleo e derivados. A coleta de evidências contribui para a responsabilização de integrantes da cúpula da Trafigura e da Vitol, de seus intermediários e de funcionários públicos lotados em diferentes gerências da área de comercialização da estatal”, avaliou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Nelson de Sá

Título: China começa a comprar do Brasil em yuan

Toda Mídia

Em destaque no Global Times/Huanqiu, “China passa a pagar por minério de ferro em yuan” — como é denominada a unidade básica da moeda chinesa, o renminbi.

Mais especificamente, “agigante brasileira Vale assinou contrato com a siderúrgica Yongfeng”, quando da visita de Xilinping ao país, e “é a primeira mineradora estrangeira a diversificar suas vendas de minério de ferro no mercado futuro com base em yuan”.

O contrato foi fechado “semanas depois que a mineradora Rio Tinto”, anglo-australiana, “assinou seu primeiro contrato comercial de minério de ferro em renminbi”. E em Xangai foram dados os primeiros passos para fazer o mesmo no petróleo futuro.

Na análise “Acordos de commodities em yuan podem reduzir hegemonia do dólar”, o jornal chinês acrescenta que, “neste momento crítico, de incerteza em torno da guerra comercial China-EUA, mais chineses sentem a urgência de desdolarizar o comércio de commodities estratégicas como o minério de ferro”.

Em suma, deixar o “poder de precificar na mão” dos EUA “não é boa situação e precisa mudar, para assegurar a segurança nacional em recursos”.

Pequim, ao resgate

Na manchete do FT, destacando JP Morgan e Morgan Stanley, “Arábia Saudita marginaliza bancos estrangeiros no IPO da Aramco”. Como no leilão do pré-sal, a expectativa saudita de levantar recursos no lançamento de ações da petroleira foi cortada, de US\$ 100 bi para US\$ 25 bi. “O rebaixamento implicará corte dramático nos honorários” dos bancos. Também como no pré-sal, “Autoridades sauditas visitaram a China nas últimas semanas, numa tentativa” de garantir investimento externo para a operação.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Resíduo

PAINELS.A

O Global Tailings Review lançou uma consulta pública internacional para tratar de padrões de gerenciamento seguros de barragens de contenção na mineração. As sugestões podem ser enviadas até 31 de dezembro.

Segurança

Convocado após a tragédia de janeiro em Brumadinho, o Tailings Review é formado pelo Conselho Internacional de Mineração, o Pnuma (braço ambiental da ONU) e o PRI (organização que trata de princípios para investimento responsável).

Asfalto

A volta da tabela do frete na semana passada indignou caminhoneiros, mas os empresários aprovaram, e sem medo de greves. A percepção é que as lideranças dos motoristas estão rachadas. A torcida agora é para que o STF volte ao assunto neste ano.

Crepúsculo

Em meio ao debate sobre o corte nos subsídios para quem produz energia solar em casa, as distribuidoras, contrárias ao benefício, apresentaram alternativa: o incentivo para a instalação de sistemas seria dado apenas aos mais pobres.

Teto de vidro

Marcos Madureira, presidente da Abradee, (associação de distribuidoras), diz que as famílias de baixa renda não têm acesso ao caro sistema de geração solar, mas, em suas contas de luz, bancam o subsídio dos que investem nos painéis.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/11/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: 'Não podemos ficar mantendo salários acima do mercado'

Entrevista: Rafael Grisolia / presidente da BR Distribuidora

À frente da ex-subsidiária de combustíveis da Petrobras, privatizada em julho, executivo cita rivais para justificar corte de pessoal e salários

Depois que a Justiça concedeu uma liminar que suspende o Programa de Desligamento Optativo (PDO) da BR Distribuidora, o engenheiro de produção Rafael Grisolia, presidente da empresa, indicou ontem que não está disposto a recuar. A medida faz parte da estratégia do executivo para elevar a eficiência e a produtividade da companhia ao patamar de suas principais concorrentes, como Ipiranga e Raízen. A redução de salário e jornada é a medida mais polêmica adotada pela nova gestão da distribuidora, privatizada em julho. Até o fim do dia, a BR ainda tentava derrubar a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que afetava o cronograma do programa de demissão voluntária, cujo prazo de adesão terminava ontem.

Grisolia, que atuou por 30 anos no setor privado, quer reduzir o número de funcionários de 3 mil para 2 mil. Aos que ganham mais de R\$ 11,6 mil (duas vezes o teto do INSS, limite estabelecido na reforma trabalhista para a possibilidade de negociação individual), equivalentes a mais de 50% do atual quadro, ele propõe redução de remuneração. Os que ganham menos, diz o executivo em entrevista ao GLOBO, serão realocados em funções compatíveis ou desligados no longo prazo.

A BR é a maior distribuidora de combustíveis do país, mas não é a mais rentável...

A geração de caixa da BR é de R\$ 70 por metro cúbico (de combustível), e meus competidores diretos Raízen e Ipiranga estão na faixa de R\$ 100. Então agente tem necessidade de melhorar nossa rentabilidade para chegarmos em 2021 igual ou melhor. Como empresa privada, conseguimos mais rápido. Uma das coisas é o fim das amarras nas licitações. Como se leva seis a sete meses para

fazer uma licitação, contratos com prestadores eram longos, engessavam mais ainda a habilidade de negociar, reduzir despesas. Um ciclo vicioso.

Qual é a meta da BR agora?

A gente quer ser a maior, a mais rentável e também uma empresa de energia. A sociedade hoje se move com gasolina, etanol e diesel, mas, a partir do momento em que surgem outras formas de locomoção, como o carro elétrico, a gente tem a aspiração de entregar essa mesma energia. Não vamos perder um cliente.

A empresa vai manter o nome?

A BR nos postos tem a marca Petrobras. Tenho contrato de dez anos com a Petrobras, renováveis por mais dez anos para uso da marca. Todo mundo nos conhece como quais 3 mil contratados e 2 mil terceirizados. Nossos concorrentes diretos têm entre 2 mil e 3 mil ao todo. A gente precisa trazer a BR para cerca de 3.500 ao todo, dos quais 2 mil contratados e o restante terceirizado.

Os salários são mais altos?

A parte fixa do salário, fora a variável, já é muito mais alta, em torno de 30% a 40% maior que os concorrentes na maior parte das faixas salariais. Temos o desafio de como fazer esse ajuste. Como empresa privada, temos que ser mais rentáveis para conseguir recursos junto aos investidores.

Por que a adesão ao PDO foi de apenas doze dias?

Pensa no nível de complexidade ou de pressão para todo mundo. Vou estender por mais tempo? A pessoa vai se torturar por mais tempo? Acho um prazo razoável, e a empresa precisa ajustar sua operação. O assunto é difícil, mas foi desenhado para ser uma coisa bacana, com condições muito boas, as melhores do mercado. Quase mil pessoas aderiram até o momento. Um prazo muito longo seria prolongar o estresse, o sofrimento das pessoas.

O TRT concedeu liminar suspendendo o programa. O que a BR vai fazer?

Estamos recorrendo, indo lá tentar entender o que a juíza (Gabriela Canellas) quis dizer ao suspender todo o plano. Temos mil pessoas que aderiram, que estão contando com o dinheiro a receber, já com planos de viagem, de cursos.

As negociações com os empregados para a redução de salários já começaram?

Sim, já fizemos para as lideranças (gerentes e coordenadores), que ganham acima de dois pisos do teto INSS (R\$ 11,6 mil). Já fizemos as repactuações com relação ao salário fixo menor, 30% a 40% menos. Cerca de 200 aceitaram.

Continuam com as mesmas funções e as mesmas horas de trabalho. Os salários dos diretores também foram ajustados, mas já estavam mais em linha com os do mercado.

Vai negociar redução de salário com todos os dois mil que continuarão na empresa?

O objetivo é negociar com todo mundo, individualmente. Mas essas negociações, pela lei, só são permitidas a partir dos dois salários de teto.

E o que vai acontecer com os funcionários que ganham menos que esse teto?

Aí teremos que olhar caso a caso. Se está fazendo um trabalho que justifique aquele salário, se é bom funcionário e a gente queira manter, fica. Se não, a gente vai ter que pensar em que outra posição ele poderá estar. Ou vamos ter que fazer ajustes com relação a essas pessoas. Porque não podemos pagar mais caro a alguém que não está fazendo a função que justifique. Ou tentamos alocá-lo em outra posição ou, no tempo, vamos acabar fazendo o desligamento dele.

É uma questão muito difícil...

Não é um assunto fácil, e a gente não está muito feliz nessa situação. Tudo começa do fato de que a empresa tem mais pessoas que precisa para tocá-la, na comparação com outras, e que nosso salário médio é maior. Por isso estamos fazendo com o maior cuidado possível. Não tem sangria desatada, mas a gente precisa fazer. O PDO é importante. Quem aderir leva no mínimo o piso de oito salários, além de todas as verbas indenizatórias e extensão de benefícios. Por isso esperamos reverter em breve a decisão da Justiça, porque dá a chance de as pessoas escolherem. Se não, o que vamos fazer? Desligar direto? Não queremos fazer isso... Uma liminar dessas atrasa conseguirmos fazer os melhores planos para acomodar essa situação. A gente precisa ajustar a empresa. Não podemos ficar mantendo salários e pessoas muito acima do mercado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: O inventário da natimorta

A 20ª Vara Cível do Rio condenou a Petrobras apagar R\$ 189 milhões ao consórcio das construtoras Aterpa M. Martins e Multitek por problemas na construção do Comperj, o complexo petroquímico fluminense que periga ser um natimorto. A estatal recorreu da decisão.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 22/11/2019

Seção: Negócios

Autor: Ingrid Soares / Simone Kafruni

Título: Energisa: 7,5 bilhões de investimento até 2022

Após reunião com o presidente Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto, o presidente da Energisa, Ricardo Perez Botelho, anunciou que pretende investir R\$ 7,5 bilhões no país até 2022. A empresa investiu cerca de R\$ 11 bilhões nos sistemas de distribuição de energia nos últimos cinco anos. “Nós estamos atuando no setor de distribuição, geração, transmissão e serviços no setor elétrico e, nos próximos três anos, devemos investir R\$ 7,5 bilhões”, destacou.

Segundo Botelho, R\$ 1,5 bilhão será destinado à infraestrutura para melhoria da distribuição de energia em Rondônia e no Acre, regiões onde a Energisa opera há menos de um ano. Ele explicou que 20% da população desses dois estados é atendida por sistemas isolados, não interligados ao sistema elétrico nacional. Ao todo, a companhia atua em 11 estados. “Nós temos um grande plano de investimento, cerca de R\$ 1,5 bilhão até 2022, para equacionar uma série de deficiências, inclusive em empresas estatais que foram privatizadas no ano passado, para poder trazer uma energia de qualidade”, declarou.

Ricardo Botelho disse ainda que o objetivo é conectar o sistema por meio de linhas de transmissão. “São lugares atendidos por sistemas isolados, a diesel. Nosso objetivo, até 2022, é poder conectar todos esses clientes por linhas que nós vamos construir.” Botelho ressaltou que os investimentos não implicarão custo extra de tarifa para o consumidor. “Vai pagar o que está pagando hoje. Grande parte desse custo, que é muito alto, é pago por todo o Brasil, então nós vamos desonerar o resto do Brasil”, precisou.

Terminal

Um investimento de R\$ 150 milhões em ampliação de cais flutuante e modernização de terminal portuário no rio Negro, previsto desde 2014, aguarda apenas uma assinatura da Secretaria Nacional de Portos e Terminais Aquaviários (SNPTA), órgão ligado ao Ministério da Infraestrutura, para sair do papel. A expansão que será implementada pela Super Terminais, quando autorizada, tem potencial de reduzir custos na movimentação de contêineres, com impacto no preço do frete da linha branca (eletrodomésticos como geladeira, fogão,

máquina de lavar) produzida na Zona Franca de Manaus, barateando o produto para consumidor final.

O projeto foi alvo de disputa judicial, numa ação movida pela única concorrente que atua no rio Negro. A Justiça, no entanto, indeferiu o processo e todos os recursos se esgotaram. Segundo Bruno Moraes, advogado da Super Terminais, em agosto deste ano, a documentação necessária para a autorização da ampliação passou pelo crivo da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), órgão regulador do setor, e foi encaminhada à SNPTA. A Marinha informou que, no que concerne às suas atribuições, ou seja, à segurança do tráfego aquaviário, já foram cumpridas todas as exigências.

Moraes explicou que, assim que for autorizada, a obra para ampliar o cais, dos atuais 360 metros para 420 metros, será iniciada. “A empresa está disposta a aportar R\$ 150 milhões desde 2014. Já teve autorização da Antaq várias vezes. Embora a judicialização tenha atrasado tudo, agora os recursos se esgotaram. Entendemos que, de agosto até novembro, o processo já poderia ter andado”, argumentou.

Como o rio Negro tem uma oscilação de maré de 17 metros durante o ano, a ampliação é feita por meio de módulos flutuantes e a obra é relativamente rápida. “A expansão pode ser feita em poucas semanas e a Super Terminais poderá atender dois navios, um no berço interno e outro, no externo. Isso vai permitir a redução do custo na movimentação de contêineres e aumentar a concorrência”, defendeu.

O governo pretende acelerar as obras de infraestrutura. No início do segundo semestre, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, assinou nove contratos de adesão de TUPs e um contrato de arrendamento no Porto de Cabedelo, na Paraíba, que garantiram investimentos de mais de R\$ 500 milhões e ampliação na movimentação de cargas nas regiões Norte, Sul e Nordeste.

Nesta semana, o conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) qualificou o arrendamento de outros terminais: um de graneis líquidos no Porto de Santos (SP); um marítimo de passageiros em Fortaleza/Mucuripe (CE), e outro, de movimentação de carga geral no Porto de Paranaguá (PR). Procurados, Antaq e Ministério da Infraestrutura não responderam até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 22/11/2019**Seção:** Brasil**Autor:****Título:** Um novo navio suspeito

Depois que o petroleiro Bouboulina foi praticamente inocentado de causar o vazamento que sujou as praias nordestinas, surgiu um novo navio suspeito: o Voyager 1, navio-tanque com bandeira das Ilhas Marshall, registrado em nome de uma empresa alemã e que presta serviços para uma operadora da Arábia Saudita. O nome foi dado pelo pesquisador da Universidade Federal de Alagoas, Humberto Barbosa, em audiência ontem, na Câmara dos Deputados.

O coordenador do Laboratório de Análise e Processamento de Satélites da Federal de Alagoas disse que havia um receio diplomático em revelar o nome da embarcação. “O LAPS não tem ferramenta criminal para dizer que o Voyager 1 é o culpado. Porém, baseado em informações, em evidências de satélites, chegamos a essa conclusão. E também, pela primeira vez, achamos, pelas evidências das imagens de satélite, que as manchas do dia 19 de julho e do dia 24 de julho se relacionam em espaço e tempo que um navio normalmente leva (para percorrer a distância entre elas). Embora o Voyager 1 estivesse com o sinal desligado naquela região, ficamos muito preocupados em anunciar essa informação, porque há uma responsabilidade. O laboratório não tem a missão de investigação. Cabe às autoridades investigar e as nossas informações estão disponíveis”, explicou Humberto, acrescentando que os estudos serão entregues à Marinha e à Polícia Federal, que conduzem a apuração.

A pesquisa do LAPS aponta que o Voyager 1 tem capacidade de carga duas vezes maior que a do Bouboulina, transportava óleo cru venezuelano e detectou que o petroleiro teria fugido da rota que habitualmente faz — o circuito Ásia-África-América. De acordo com os sites marinetraffic.com e myshiptracking.com, foi fabricado por volta de 2003 e já teve vários nomes, dependendo do contratante. Mas não há mais detalhes a respeito de quem o teria fretado e quem seria seu proprietário.

Balanço da mancha

O número de praias, rios, ilhas e mangues atingidos por óleo no País continua aumentando e chegou a 695, segundo balanço divulgado na quarta-feira, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Ao todo, ao menos 117 municípios de todos os nove estados do Nordeste e do Espírito Santo foram afetados por fragmentos ou manchas desde o dia 30 de agosto.

O balanço também indica que 23 localidades ainda estão com manchas, outras 402 têm fragmentos da substância e 270 são consideradas “limpas”. Os pontos com mais de 10% de contaminação estão exclusivamente em Alagoas (dois), na Bahia (15), no Rio Grande do Norte (um), em Pernambuco (dois) e no Sergipe (três).

Entre os locais ainda com óleo, 40 ficam na Área de Proteção Ambiente Costa dos Corais, maior unidade de conservação federal marinha costeira do Brasil, com cerca de 120 quilômetros de praias e mangues em Pernambuco e Alagoas.

Em relação à fauna, ao menos 141 animais afetados foram identificados pelo Ibama. Os dados se referem especialmente a tartarugas marinhas (96) e aves (31).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 22/11/2019

Seção: Opinião

Autor: Fernando Mendes

Título: A encruzilhada da energia sustentável

Entre os desafios a serem enfrentados pelo Brasil do agora, um deles afigura-se como encruzilhada: continuaremos investindo em fontes sustentáveis de energia ou daremos marcha a ré para priorizar sistemas de incontestáveis impactos ambientais? Desnecessário salientar – a escolha de uma trilha não permitirá a passagem pela outra.

A questão, embora preocupante, é simples: o poder público deve manter os benefícios para a geração distribuída de energia solar ou se tornar ainda mais dependente das usinas hidrelétricas (e suas indefectíveis e calamitosas barragens) e termoeletricas (acesas sempre que as chuvas escasseiam e os reservatórios baixam)?

Do ponto de vista socioambiental, não sobeja qualquer dúvida: usinas hidrelétricas demandam a inundação de áreas imensas, com irreversíveis prejuízos à fauna, à flora e às populações locais. As termoeletricas, por sua vez, queimam combustíveis fósseis, lançando incomensuráveis quantidades de poluentes na atmosfera.

O debate vem sendo realizado há muito tempo no país, que optou por incentivar a produção de energia com placas fotovoltaicas, sem impacto ambiental. O marco regulatório da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é a Resolução Normativa 482/2012 — que está em via de ser alterada.

As regras em vigor disciplinam a geração para consumo próprio e estabelecem as condições para acesso à compensação dos excedentes. O texto determina que a energia gerada a mais seja injetada na rede e devolvida, no prazo de 60 dias, sem tarifas e encargos. Nesse caso, o sistema de distribuição funciona como uma espécie de “bateria” em que se deposita, gratuitamente, a fração não consumida para posterior aproveitamento.

A regulação da Aneel abriu caminho para que o Confaz editasse o Convênio 16/2015, que autoriza as unidades da Federação a conceder isenção de ICMS sobre a energia produzida por mini e microgeradores. Da mesma forma, o governo federal, com a Lei 13.169/2015, dispensou as operações do recolhimento de PIS e Cofins.

Devido em parte a esse regramento — favorável ao gerador de menor porte —, a Justiça Federal, em diferentes regiões do Brasil, tomou a decisão de construir usinas de geração de energia solar, as quais, afora o ganho na preservação ambiental, têm se mostrado bastante vantajosas financeiramente.

No Pará, por R\$ 1,7 milhão, foram instaladas placas fotovoltaicas na sede da Justiça Federal, em Belém, e na Subseção Judiciária em Santarém. A economia estimada é de R\$ 500 mil a cada ano, e a energia excedente vai para outras unidades no mesmo estado. Outro exemplo é o de Limoeiro do Norte (CE), onde a usina de geração solar foi implantada por R\$ 1 milhão, com economia prevista de R\$ 312 mil anuais — sem contar a redução na emissão de carbono em 29 mil quilos por ano.

Tais medidas foram tomadas também em atendimento à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU), que, no Objetivo 7, trata do uso de energia limpa como forma de proteger o planeta e de reduzir o desperdício de recursos naturais.

Iniciativas semelhantes estão em planejamento no Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), em Recife (PE), na Seção Judiciária e em várias subseções. Há projetos aguardando liberação de verbas no TRF-1 e no TRF-3, bem como na Seção Judiciária do Piauí e na Subseção de Uberaba (MG).

Esses são alguns dos empreendimentos — entre os milhares em curso, nas esferas pública e privada — que estarão em risco se a Aneel concretizar a revisão da Resolução Normativa 482/2012, instituindo a cobrança pelo uso da rede e o pagamento de taxas pela operação.

Não bastasse a insegurança jurídica — que levará, inexoravelmente, à judicialização dos conflitos —, a pretendida inovação pode colocar o Brasil na

contramão dos principais países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, que, em nome da conservação da natureza, buscam, cada vez mais, substituir as matrizes energéticas por modelos sustentáveis. Não podemos caminhar para trás.

MME / ASCOM .